

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/05/2020 | Edição: 102-B | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.448, DE 29 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial às santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, nos termos do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020, e do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020, e no art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020,

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a transferência da segunda parcela do auxílio financeiro emergencial para o controle da Pandemia da COVID-19 de que trata a Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020, nos termos do art. 3º da Portaria nº 1.393/GM/MS, de 21 de maio de 2020.

§ 1º A segunda parcela, no valor de R\$ 1.660.000.000,00 (um bilhão e seiscentos e sessenta milhões de reais), será disponibilizada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos que participam de forma organizada no Sistema Único de Saúde - SUS e que estejam contratualizados com os referidos entes, de acordo com a relação anexa a esta Portaria.

§ 2º Para o rateio dos recursos referentes à segunda parcela, foram estabelecidos os seguintes critérios:

I - os dados epidemiológicos oficiais do Ministério da Saúde, disponíveis no site "covid.saude.gov.br", quanto à incidência de casos da COVID-19 por Região, em 24/05/2020 e à evolução da pandemia nas semanas epidemiológicas de 19 a 21 de maio de 2020;

II - o número de leitos SUS das santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos constantes no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES em 12/05/2020;

III - os valores da produção dos serviços ambulatoriais e hospitalares de alta complexidade das santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos, no exercício de 2019.

§ 3º Além do disposto no § 2º, as entidades filantrópicas sem fins lucrativos não contempladas com recursos financeiros na primeira parcela do auxílio emergencial, de acordo com a relação anexa a esta Portaria, poderão ser incluídas na segunda parcela, desde que estejam contratualizadas com os referidos entes, de acordo com a relação anexa a esta Portaria.